

Universidade e movimentos sociais

University and social movements

Telmo Marcon*

Vanderlêia Leodete Pulga Daron**

Resumo

O texto faz uma discussão sobre a relação universidade e movimentos sociais. Parte de uma sistematização das questões postas e emergentes das práticas dos movimentos sociais que desafiam a universidade na pesquisa e sistematização dessas questões. Avança na análise de alguns aspectos sobre a constituição histórica da universidade brasileira e o difícil diálogo com os movimentos sociais. Praticamente não existem relações de diálogo entre ambos, a não ser por experiências pontuais, ou seja, as relações se constroem pela mediação de pesquisadores, grupos de pesquisa ou de centros e unidades, mas pouco se avançou no sentido de construir relações efetivamente institucionais. O texto conclui apontando alguns desafios, entre os quais a necessidade de avançar em pesquisas que subsidiem projetos alternativos para o desenvolvimento sustentável econômica e ecológicamente, bem como a necessidade de um diálogo aberto, que possibilite aos movimentos sociais e também à universidade crescerem. Ambos produzem conhecimentos, e o intercâmbio coloca-se como um dos grandes desafios.

Palavras-chave: movimentos sociais, pesquisa, universidade.

A crise que hoje atravessamos não é somente de caráter econômico, ou mesmo moral. Não se restringe a um país ou a uma determinada classe social. A crise que vivemos repõe certas questões que fundam e fundamentam o percurso de uma época.

Por isso, encontramos-nos diante de um desafio: o de saber decidir e discernir, e de saber realizar uma superação criadora deste momento que nos permita alcançar um novo patamar de pensamento, uma outra maneira de experienciar o mundo e a nós mesmos. No caminho desta superação, temos de nos defrontar com uma questão essencial: O que significa para nós ser um ser humano?

Unger

* Doutor em História Social pela PUC - SP, professor e pesquisador da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação e da Universidade de Passo Fundo. E-mail: telmomarcon@hotmail.com.

** Mestre em Educação pela UPF, assessora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e consultora na área de Educação Popular e Saúde junto ao Ministério da Saúde. E-mail: daron@pro-via-rs.com.br.

Considerações iniciais

A afirmação de Unger leva-nos a pensar no contexto em que vivemos e a refletir sobre as relações entre universidade e movimentos sociais. Entre os desafios existentes na atualidade, pode-se destacar a crise de civilização, com as implicações daí decorrentes para a sociedade e para a educação. As grandes transformações que vêm se desenvolvendo desde a década de 1970, de modo mais intenso a partir de 1990, com o reordenamento político e econômico no contexto da ideologia neoliberal, estão provocando uma série de conseqüências aos países capitalistas periféricos, às classes populares e aos movimentos sociais populares.

Nesse contexto, não se pode deixar de pensar nas experiências do socialismo real, que passaram por profundas transformações e entraram em crise. Os apologistas do mercado apregoaram o fim das utopias e apresentaram-se como videntes do futuro neoliberal. As críticas que desferiram às experiências do socialismo real perpassaram questões políticas, econômicas e culturais e acabaram criando uma situação de desânimo nas experiências de resistência e luta dos grupos populares, pois o socialismo era uma referência. Por outro lado, o revigoramento e a rearticulação das lutas populares e dos movimentos de resistência crescentes no mundo estão encontrando parceiros que criam espaços coletivos de discussão e de encaminhamentos, como é o caso do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, o qual, nas suas

três edições, tem se apresentado como espaço crítico, mas, também, propositivo através de articulações em nível mundial.¹ Essas experiências estão propondo reflexões sobre a educação e alternativas socioeconômicas que desafiam administradores populares a formalizar políticas públicas que dêem conta dos grandes desafios desse início de milênio.

A segunda metade do século XX foi marcada por paradoxos fundamentais: algumas áreas da ciência, particularmente a física, a medicina curativa e as áreas tecnológicas, avançaram de forma impressionante, porém o ser humano foi se sentindo cada vez mais inseguro e fragilizado. Os questionamentos de paradigmas tradicionalmente aceitos, entre os quais os da ciência e da modernidade, a crise das instituições tradicionais, entre as quais a da família, do Estado, da Igreja Católica e da escola, criaram uma situação de instabilidade. Não é possível negligenciar também os questionamentos que emergiram nos últimos anos do século XX em relação aos destinos da natureza, às relações de gênero, de raça e de classe.

É no bojo desse processo que as mulheres, organizadas em vários movimentos, vão se constituindo em presença em diferentes cenários, atuando em diferentes espaços sociais – no mundo da saúde, do trabalho, na política, nas universidades, em diferentes ramos da ciência –, ou seja, as mulheres vão se assumindo enquanto sujeitos sociais, econômicos e históricos. Essa realidade emergente provoca

uma reviravolta em várias dimensões: na condição de mulher, da família e da própria sociedade. A utilização de diversos argumentos para legitimar a subordinação da mulher durante séculos não foi suficiente para sufocar movimentos emergentes que acenam para mudanças substanciais e que ultrapassam as relações de gênero. A pobreza e a fome, a sobrecarga de trabalho, a violência social e doméstica, a opressão e a discriminação têm pesado sobre a vida das mulheres. Não podemos deixar de destacar as questões raciais e étnicas explicitadas por movimentos sociais liderados, sobretudo, por negros e indígenas. Ganham expressão também as questões ambientais, que deixam de se constituir em problema para alguns grupos ecologistas passando a se tornar um desafio para a humanidade.

O presente texto nasceu de discussões sobre essas questões e dos desafios daí decorrentes para a universidade, ou seja, trata-se da relação entre movimentos sociais e universidade. O que se observa é que, ao invés de um diálogo possível e fecundo, distanciam-se os movimentos sociais, que, de um lado, tendem a se firmar em suas identidades, constituindo-se como tal e reivindicando direitos e transformações, e, de outro, a universidade, que tende muito mais a se fechar em si, assumindo o discurso neoliberal da eficiência, preocupada mais em responder aos desafios do mercado do que em aprofundar as questões emergentes e postas pelos movimentos e organizações sociais populares, os impactos,

alcances, potencialidades, contradições etc. A possibilidade de construir uma relação produtiva, mediada pelo diálogo, tem se revelado difícil e pontual. De diferentes maneiras, ambos buscam firmar-se em suas particularidades e identidades e, a persistir essa tendência, deixarão de crescer.

O texto busca, dentro dos seus limites, sistematizar questões, problemas e desafios colocados pelos movimentos sociais na diversidade de matizes e naturezas, para, depois, problematizar o papel da universidade. Para tanto, procura-se compreender aspectos da história e do desenvolvimento da universidade brasileira e do modo como se constrói uma relação de certo estranhamento para com as classes populares e os movimentos sociais. A história do ensino superior no Brasil, desde as faculdades isoladas até a constituição das universidades, ocorre sem um diálogo profundo e sistemático com a sociedade organizada. Não estamos negando a existência de experiências positivas pontuais; o que entendemos é que, de um modo geral, a universidade colocou-se como protagonista do saber científico e elaborado e teve grandes dificuldades para dialogar com o conhecimento popular, ou seja, para reconhecer o bom senso dentro do “senso comum”.² Exceções sempre existiram, mas o que estamos problematizando são as relações dominantes. Outros textos poderão contribuir com essa discussão e aprofundar as experiências positivas que foram ou estão sendo construídas entre universidade e movimentos sociais.

A título de introdução é importante reconhecer que existe uma relação complexa e difícil entre movimentos sociais populares e universidades. Há fatores presentes na gênese e que passam a história da universidade, comprometendo um diálogo fecundo com os movimentos sociais. As dificuldades desse diálogo reproduzem-se historicamente e são motivadas por razões que precisam ser compreendidas à luz da história da constituição da universidade brasileira e da forma como os movimentos sociais foram tratados pela academia. Além disso, é preciso compreender como os movimentos sociais se constituem em suas identidades e até que ponto se abrem para as críticas da academia e reconhecem a importância da teorização e do aprofundamento das questões emergentes. Fazendo uma rápida retrospectiva histórica, observa-se que predominam posturas que se colocam em campos opostos, cada qual com suas verdades, negando as possibilidades efetivas de um diálogo. Dessa forma, tanto a universidade quanto os movimentos sociais deixam de crescer e de problematizar questões que interessam a ambos, à sociedade e, por vezes, à humanidade.

Questões emergentes dos movimentos sociais

Como observamos anteriormente, os movimentos sociais são múltiplos, apresentam diferentes reivindicações e colocam em pauta inúmeras ques-

tões, propostas e alternativas sociais, econômico-produtivas, políticas, pedagógicas etc. A partir de leituras, discussões, observações e participação em movimentos e manifestações públicas, é possível reunir um conjunto de questões que ajudam a problematizar as várias dimensões de atuação dos movimentos sociais populares³ e os desafios daí decorrentes para a universidade.

Vários movimentos sociais populares emergentes no meio rural estão colocando em questão a estrutura da terra e o modelo de desenvolvimento econômico vigente. Formulam uma crítica ao capitalismo e à produção de mercadorias, que gera uma enorme quantidade de lixo e de poluição, destruindo o meio ambiente. Questionam as tecnologias que vêm sendo incentivadas pelo agronegócio internacional e adotadas como solução para a agricultura, como os agrotóxicos e transgênicos, que, além de destruir a natureza, destroem a identidade e o controle dos camponeses sobre o processo produtivo agrícola, tornando-os dependentes de alguns grupos econômicos que dominam o mercado internacional de sementes e fertilizantes. Na avaliação desses movimentos, a tendência é de que, num curto espaço de tempo, agravem-se os desequilíbrios ambientais; por isso, defendem um modelo de desenvolvimento sustentável econômica e ecologicamente. A lógica desse modo de produção dominante é intensificar ao máximo a exploração dos recursos humanos e naturais sem perspectivas de preserva-

ção e sobrevivência. A racionalidade que domina é a instrumental e sem compromissos de longo prazo.

Em contraposição a esse modelo, vários movimentos sociais populares propõem alternativas que sejam sustentáveis, solidárias e viáveis. A relação instrumental que se estabelece com a natureza precisa ser superada (BOFF, 1995). Proliferam no país experiências que carregam essa potencialidade crítico-transformadora: são experiências envolvendo pequenos agricultores e camponeses, comunidades indígenas e negras, seringueiros, entre outras. A discussão de fundo diz respeito às possibilidades de se pensar também nas gerações futuras, não apenas na satisfação de interesses e ambições do tempo presente.⁴

Grande parte das discussões sobre alternativas ecológicas, potencialidades naturais e biodiversidade tende a centrar-se na Amazônia, por tudo o que a região apresenta em termos econômicos, políticos e socioculturais. A biodiversidade nela existente tem chamado a atenção de vários grupos econômicos, sobretudo de estrangeiros, que se apropriam, muitas vezes, dos recursos naturais e patenteiam conhecimentos, muitos deles obtidos junto às comunidades que tradicionalmente residem na região. A Amazônia representa muito mais do que recursos econômicos a serem explorados; concentra grande parte das águas doces do mundo, um dos problemas graves que a humanidade enfrentará num curto espaço de tempo. Aliás, já existem países que dependem de

água potável de outros. Além disso, a Amazônia apresenta-se como símbolo de soberania e de equilíbrio ecológico. Vários movimentos sociais destacam e problematizam essas questões.

Um outro foco de questões postas por movimentos sociais diz respeito ao problema da energia e às possibilidades de alternativas que não sejam os megaprojetos de barragens. Ao mesmo tempo em que os atingidos pelas barragens se levantam contra a construção de barragens, colocam em pauta outras potencialidades de energia pouco pesquisadas e ainda inexploradas no Brasil.

Um outro conjunto de movimentos sociais coloca em pauta questões que dizem respeito à viabilidade de uma agricultura camponesa como alternativa para a superação dos problemas do meio rural e responsável pela produção de alimentos. Faz parte dessas reivindicações a reforma agrária, que deverá ser acompanhada por um conjunto de medidas que viabilizem a infra-estrutura, o crédito, o seguro agrícola e a assistência técnica e que assegurem a produção de qualidade sem agrotóxicos. No bojo desse debate entram as tecnologias alternativas que não impliquem o uso de produtos geneticamente modificados. Esse debate aponta, entre outras questões, para a soberania alimentar e a qualidade de vida que uma agricultura de base ecológica pode propiciar. Não basta produzir em escala; é preciso pensar na qualidade do alimento, bem como na superação das relações mercantis que predominam na agricultura e na

comercialização dos produtos. Daí a perspectiva de redes de comercialização eliminando os intermediários, que encarecem os preços dos produtos, dificultando o acesso aos mesmos e retirando ganhos dos produtores. A produção de alimentos de qualidade, bem como a sua comercialização direta, ataca de frente os interesses de grandes conglomerados econômicos que controlam importantes ramos da produção e da comercialização agrícola.

A constituição de espaços públicos para a venda de produtos diretamente pelos agricultores tem sido uma inovação significativa.⁵ É importante observar que nem toda a feira de produtor trabalha com produtos ecológicos, o que não deixa de se constituir em espaço de inovação. Em relação à produção ecológica, ou seja, a oriunda da agricultura agroecológica, é importante destacar alguns aspectos. Importantes experiências estão sendo implementadas e ressaltam as possibilidades reais de produção alternativa sem o uso de agrotóxicos, bem como a comercialização direta ao consumidor. Essas alternativas, no entanto, têm um custo de produção elevado e, por vezes, uma produção média abaixo da agricultura que faz uso de insumos, encarecendo, assim, os produtos.

Além disso, a lógica de mercado produziu uma noção estética de alimento que privilegia essencialmente a sua exterioridade. A propaganda de produtos alimentícios destaca basicamente a beleza e o estímulo ao consumo; assim, a questão da qualidade e

suas implicações para a qualidade de vida praticamente não são evidenciadas. A agricultura agroecológica bate de frente com essas questões e, por isso, toca num dos pilares da produção e comercialização capitalista; por outro lado, precisa de mais pesquisas que dêem conta da produção de alimentos com o uso de produtos ecológicos para o combate de pragas e insetos. As empresas e universidades desenvolvem inúmeras pesquisas sobre uso e aplicação de agrotóxicos, porém poucas são as iniciativas agroecológicas.

Outro eixo de discussão posto por diferentes movimentos sociais centra-se nas questões urbanas, envolvendo o problema de moradia, do trabalho, do saneamento, entre outros. Encampam essas reivindicações o movimento dos sem-teto e o movimento dos trabalhadores desempregados, entre outros. O desenvolvimento das cidades brasileiras primou por alguns aspectos e sonegou outros. O controle do solo urbano e a apropriação privada do espaço, incluindo o controle aéreo e o subsolo pela construção de edifícios, estimularam a especulação fundiária e imobiliária através de aluguéis nas cidades. Tudo isso estimula a constituição de favelas, algumas abrigando centenas de milhares de famílias. Além disso, a forma como cresceram algumas cidades aprofunda o problema dos congestionamentos, o excesso de automóveis e caminhões, a poluição dos rios e o problema de água potável. Outro problema em pauta nas grandes e médias cidades é o do lixo. A pro-

lificação de organizações de catadores de lixo e cooperativas de reciclagem chama atenção para a importância dessa questão: a sociedade capitalista produz muito lixo.

Segundo o movimento sindical urbano, no centro da crise de civilização pela qual estamos passando está o trabalho, situado no paradoxo entre a possibilidade de produzir o que todos os seres humanos precisam e, ao mesmo tempo, de pensá-lo como causador de grande sofrimento para milhões de pessoas. Essa dinâmica contraditória é parte dos ajustes da nova ordem internacional do capitalismo em sua fase neoliberal, centrada no sistema financeiro e que vem provocando índices assustadores de desemprego, o crescimento da informalidade e da precarização do trabalho, a aceleração dos ritmos de trabalho, o aumento dos índices de produtividade e o aumento de casos de acidentes de trabalho e doenças geradas no mundo do trabalho. Decorre daí a necessidade de se pensar o trabalho como elemento central da construção da dignidade humana, diferentemente de um emprego.

São esses alguns dos desafios que os movimentos sociais urbanos estão colocando para os administradores e também para as universidades e centros de pesquisa. Os movimentos sociais populares urbanos apontam para a necessidade de planejamentos que dêem conta das complexas relações econômicas e de poder existentes em praticamente todas as cidades.

E por falar em cidade, não é mais possível negar a presença de morado-

res de rua, que se constituem de diferentes sujeitos e, com mais ou menos intensidade, estão presentes em praticamente todas as cidades, de modo mais acentuado nas de porte médio e grande.⁶ A presença de moradores nas ruas tende a se tornar natural, dado que eles existem em praticamente todos os locais. Pouco se reflete sobre as razões pessoais, familiares e estruturais que desembocam nas ruas. As poucas pesquisas realizadas com esses sujeitos encontram dificuldades de serem socializadas e discutidas pela sociedade e pela academia. O problema ganha visibilidade de vez em quando, motivado por assassinatos, como ocorreu recentemente em São Paulo, ou quando alguns desses são queimados vivos, como ocorreu em Brasília, em São Paulo... A vida nas ruas revela um duplo fenômeno: para alguns, representa liberdade em relação às condições vividas até então; para outros, o aprisionamento, que se dá através do controle do tráfico e da prostituição nas suas diversas formas. As consequências são catastróficas do ponto de vista humano, da saúde, da qualidade de vida etc.

No bojo das questões urbanas e rurais coloca-se o problema da saúde. A qualidade de vida fica comprometida pelos vários elementos que interferem no cotidiano das pessoas. Além disso, os sistemas de atendimento são precários e deficitários, principalmente pelo agravamento do problema de habitação e alimentação. As políticas públicas de saúde privilegiam, em geral, a doença e centram-se no atendimento

posterior as suas manifestações, ou seja, trata-se da doença, não da saúde. Nesse sentido, vários movimentos sociais urbanos e rurais centram suas reivindicações no trabalho preventivo, bem como atuam na produção de alternativas naturais através do uso de chás e remédios caseiros.

Do ponto de vista político, alguns movimentos trabalham de forma intensa na perspectiva da saúde como um direito das pessoas e dever do Estado e procuram intervir nas decisões políticas participando dos conselhos de saúde, dos conselhos gestores, assegurando recursos e priorizando efetivamente esses direitos. Além da questão da saúde, certos movimentos sociais populares estão discutindo a relação entre saúde, religiosidade e cultura popular, debate que procura resgatar elementos presentes na cultura popular que dão conta da saúde; são experiências acumuladas pelo tempo que se mostram efetivas, conforme pesquisas de Vasconcelos (1998; 2001), Valla e Stotz (1993), Valla (1998), entre outros. Essas discussões tocam no cerne do modelo econômico que prioriza a doença em detrimento da saúde e, por isso mesmo, é essencialmente curativo. Vários movimentos sociais apontam para a importância de políticas públicas que incidam na prevenção, ao mesmo tempo em que reconhecem o papel do saber popular em saúde presente nessas práticas populares de atenção à saúde.

Outros movimentos e organizações sociais tomam a questão de gênero como eixo de suas reivindicações.

Essa questão tem sido problematizada principalmente por movimentos de mulheres trabalhadoras urbanas e rurais (camponeses), os quais questionam práticas e experiências históricas que justificaram e legitimam a discriminação da mulher nos vários espaços da sociedade. Alguns desses movimentos conseguem evidenciar as contradições do modo de produção e do tratamento dispensado à mulher como objeto de consumo, de uso e de trabalho. Aliada a essas questões, põem-se em debate as relações e a divisão do trabalho no âmbito familiar. Evidentemente, os movimentos críticos avançam para além das questões inerentes ao âmbito familiar e buscam entender como as práticas discriminatórias se estendem para além do âmbito familiar, visto que o sistema trabalha muito com a exploração da condição de mulher. A presença da mulher no mundo do trabalho, especialmente no urbano, é motivo de superexploração. As pesquisas evidenciam que a mesma ocupação desempenhada por mulheres e por homens difere, substancialmente, em termos salariais em favor dos homens; caso o mesmo trabalho seja desempenhado por mulher negra, a diferença aumenta ainda mais.

Movimentos que tomam a relação de gênero como central discutem também a questão da orientação sexual; são lésbicas, gays e travestis reivindicando o direito de serem reconhecidos como protagonistas. Além de defenderem a liberdade de opção sexual, denunciam as formas discriminatórias existentes na sociedade. Esses movi-

mentos ganham maior visibilidade em cidades de porte médio e grande, dado que o controle social é mais “diluído”. Em 2003, conseguiram realizar grandes manifestações em vários países: em Roma, foram mais de 1.500.000 participantes; em São Paulo, em torno de um milhão tomaram conta da avenida Paulista. Chama atenção o fato de que alguns movimentos sociais que pautam suas reivindicações em questões fundamentalmente políticas e econômicas não conseguem mobilizar contingentes expressivos, ao passo que esses movimentos conseguem agregar importantes setores da sociedade em torno de questões de gênero e de orientação sexual.

Alguns movimentos e organizações sociais colocam em pauta questões não apenas de gênero, mas também étnicas, que, em determinados momentos, se cruzam e remetem para problemas historicamente não resolvidos. O processo de libertação dos escravos, por exemplo, não veio acompanhado de um movimento efetivamente emancipatório; por isso, a discriminação continua mais intensa sobre os negros e perpassa todo o tecido social, manifestando-se de diferentes formas. Alguns movimentos negros e indígenas conseguem pôr em debate essas questões, nem sempre compreendidas por outros movimentos e, muito menos, pelos grupos e pela cultura dominantes. Em relação aos negros, está ganhando espaço o debate sobre as cotas nas universidades. Num quadro polêmico, com posicionamentos a favor e outros contra, o governo publicou a Lei de Cotas (através de medida

provisória), que obriga as instituições a assegurarem vagas para negros. Para além das questões inerentes ao debate, o fato acena para o problema central da sociedade brasileira que é a discriminação construída historicamente e que se apresenta, em geral, de modo difuso. O mito da sociedade sem preconceito é profundamente difundido e preconceituoso e precisa ser permanentemente colocado.

Na década de 1990 entram em cena novos personagens, conforme Sader (1995), entre os quais os indígenas. Organizados em vários movimentos, eles ganham força e colocam em pauta várias questões envolvendo o problema da terra, a relação com os não-índios, a exploração das suas terras por terceiros, a questão das florestas e dos recursos naturais e minerais, a questão da cultura, da educação formal, da religiosidade etc. Com as lutas empreendidas obtiveram várias conquistas; outras ainda não foram alcançadas. A legislação no campo da educação e da saúde, por exemplo, reconhece o direito desses povos como sujeitos portadores de culturas e costumes próprios. A legislação federal avançou substancialmente nesse sentido, particularmente após a Constituição de 1988. Hoje são várias lutas, mas nenhuma se sobrepõe à da terra, que se coloca como condição primordial para a sobrevivência física e também cultural. Além disso, colocam em pauta o direito ao estudo, à saúde e à preservação dos seus rituais e costumes.

Mesmo com um papel político menos expressivo do que já tiveram, não

se pode deixar de destacar os sindicatos. De diferentes orientações político-pedagógicas e com diferentes projetos para as categorias e para a sociedade, os sindicatos ainda têm um papel importante, tanto no âmbito urbano quanto no rural. A tendência que se verificou nos últimos anos foi de certa difusão de propostas e objetivos, especialmente por conta dos impactos da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais que foram se impondo mundialmente. Hoje os sindicatos se agregam, em geral, em torno das suas categorias, desenvolvendo atividades de defesa dos direitos, em geral econômicos, e também na formação política. Não há dúvida, no entanto, de que o poder sindical está mais diluído na sociedade. Hoje, grande parte deles luta para preservar direitos adquiridos historicamente, ameaçados pelas reformas do Estado dentro das políticas neoliberais. A capacidade de mobilização para fazer frente a essas reformas, no entanto, tem se revelado frágil e pouco eficaz.

Novos espaços e organizações estão ganhando destaque, como é o caso dos conselhos deliberativos e/ou gestores. Criados a partir da Constituição de 1988, esses se apresentam como espaços importantes de participação da sociedade civil organizada no âmbito das políticas públicas do Estado. Não é possível negar alguns avanços a partir dessas experiências nem as dificuldades inerentes a todo e qualquer processo participativo que exige a organização da sociedade. Os conselhos carregam consigo elemen-

tos importantes de emancipação e participação política nas decisões das comunidades, no entanto enfrentam o problema histórico de uma cultura paternalista, que apassiva as pessoas, as quais ficam à espera das iniciativas e decisões do poder público.

Não se pode desconsiderar também o poder de mobilização de setores importantes da sociedade, entre os quais de igrejas, que se aliam na defesa de direitos humanos das populações excluídas, bem como na defesa de questões da soberania nacional. Fazem parte dessas mobilizações a luta contra a Alca e o Fundo Monetário Internacional, a defesa de políticas sociais e econômicas de inclusão, a luta pela reforma agrária, a mobilização contra o pagamento da dívida externa etc. São, contudo, mobilizações que, às vezes, se limitam a problemas e aspectos pontuais.

Finalmente, cabe destacar o papel dos movimentos sociais na produção simbólica. Mesmo defendendo causas e reivindicações específicas, produzem símbolos que se materializam em bonés, camisetas, bandeiras etc. Esses processos carregam significados que emergem das experiências e das práticas e, por conseguinte, representam, efetivamente, objetivos e interesses dos movimentos. Um símbolo somente tem sentido quando significa algo para as pessoas, para os grupos ou para uma sociedade. Não resta dúvida de que os movimentos sociais populares têm muito a ensinar na questão dos símbolos.

Universidade e movimentos sociais: papel e tensões

O conjunto de questões, propostas e problemas sistematizados precisa incidir no fazer da universidade, que muitas vezes se constitui numa instituição estranha. Pretende-se, nesse momento, problematizar algumas questões da relação entre universidade e sociedade tendo como referência as questões problematizadas pelos movimentos sociais.

Historicamente, há uma relação *tensa* entre os movimentos sociais e a universidade. Há uma dificuldade de diálogo que se reproduz historicamente, motivada, entre outros fatores, pelo estranhamento das ações dos movimentos sociais para a universidade. De um modo geral, os movimentos sociais foram concebidos e analisados como desordeiros, baderneiros, “comunistas” etc. Como a universidade brasileira nasceu, cresceu e se expandiu basicamente a serviço das classes e grupos dominantes, teve dificuldades para problematizar as questões postas pelos movimentos sociais nos seus mais diversos matizes. Os preconceitos presentes na sociedade não ficaram alheios à universidade. Enfrentar as questões postas pelos movimentos sociais implica, portanto, problematizar relações culturais, econômicas, de poder etc. Esse compromisso, a universidade brasileira, de modo geral, não teve e não tem; as exceções jamais ganharam posição de destaque. É evi-

dente que a relação entre movimentos sociais populares e a universidade não pode ser pensada de forma descontextualizada da formação e desenvolvimento político da sociedade. As instituições que foram sendo criadas carregaram as marcas de uma cultura autoritária e elitista; são vários os autores que discutem essas questões, entre os quais Cunha (1989; 1999), Fernandes (1985) e Chauí (2000), que diz:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como *cultura senhoria*, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece (p. 89).

Evidencia-se, num primeiro olhar, que tanto a universidade quanto os movimentos sociais se postam, historicamente, em campos opostos e não criam as condições efetivas para um diálogo, deixando, assim, de crescer. A universidade brasileira não nasce como expressão e pressão da sociedade no sentido mais amplo; é resultante da consciência e de iniciativas de grupos dominantes laicos ou religiosos. Daí a sua descontextualização histórica em relação às questões políticas e ideológicas e dos conflitos presentes no interior da sociedade e dos movimentos sociais. Essas questões levaram a que a própria universidade se desenvolvesse como uma instituição à parte da sociedade. Além disso, é importante levar em conside-

ração aspectos e questões que dizem respeito a problemas epistemológicos. Determinadas concepções de ciência e de conhecimento tornaram-se hegemônicas na própria universidade, que se colocou como sua guardiã. No bojo dessa tensão parece estar a idéia de preservar uma concepção neutra, ético e politicamente descompromissada com os problemas socioeconômicos e culturais da sociedade e os processos de exclusão e discriminação.

A constituição e o desenvolvimento da universidade brasileira carregam as marcas da ação das classes e elites dominantes, tanto econômicas quanto políticas, intelectuais e religiosas. Esse poder de dominação precede, em muito, as iniciativas de criação das próprias universidades. Não se pode desconsiderar, por exemplo, a história de dependência do Brasil em relação a Portugal, que se prolongou legalmente por mais de três séculos, ao passo que as colônias espanholas desenvolveram experiências de ensino superior ainda no século XVII, como foi o caso da Argentina. Conforme Trindade (2001, p. 14), “na América Espanhola, a universidade se implanta logo após a conquista e, até fins do século XVII, existe uma rede de 12 instituições de norte a sul do continente”. Rossato (1998, p. 187-235) faz uma cronologia da criação das universidades desde a Idade Média e evidencia como a universidade no Brasil somente ganhou materialidade na década de 1920. O que chama atenção é, que desde a independência do Brasil, havia um debate sobre a importância e a neces-

sidade de se criar universidades, conforme Chizzotti (1996, p. 31-53) e Da Cás (1987, p. 79-81). No entanto, esse debate se tornou estéril e retornou várias vezes ao cenário político, sem uma efetiva implementação.

É preciso considerar que as elites e classes dominantes nunca tiveram um grande apreço pelo mundo acadêmico, a não ser como instrumento de poder e dominação (CHAUÍ, 1986, p. 47-85). Já no início da década de 1920, Lima Barreto fez uma série de críticas à postura dos *doutos* que viviam na *Bruzundanga* e corriam em busca de títulos para suas carreiras e de cursos menos exigentes, contanto que fornecessem diplomas. Ao descobrirem que algumas escolas facilitavam o fornecimento de certificados, corriam para essas escolas. Por isso, diz Barreto (1985, p. 50): “Lá vão eles para tal escola, freqüentam o ano, decoram os pontos, prestam ato e, logo aprovados, voltam correndo para a escola ou faculdade mais famosa, a fim de receberem o grau. O ensino superior fascina a todos na Bruzundanga. Os seus títulos como, sabeis, dão tantos privilégios, tantas regalias, que pobres e ricos correm para ela.” Essa foi uma tendência no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, os pioneiros da Escola Nova fizeram o mesmo diagnóstico e concluíram que, durante o período republicano, pouco se avançara em termos de educação.

Se depois de 43 anos de regimen republicano, se dêr um balanço ao estado actual da educação publica, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as

reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram criar um *systema* de organização escolar, a altura das necessidades modernas e das necessidades do país (AZEVEDO et al., 1990, p. 54).

É nesse contexto que se compreendem as razões da ausência de um espírito de universidade e do desenvolvimento de cursos isolados de direito, medicina, engenharias etc. Romanelli (1999, p. 35) ajuda-nos a entender um pouco melhor essas questões quando registra:

A educação dada pelos Jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar.

No contexto em que a universidade passou a se constituir como necessidade *nacional*, várias questões novas estavam sendo postas pelos grupos dominantes. É o caso da Universidade de São Paulo, criada em 1934. Mesmo havendo polêmica sobre as motivações da sua criação, o apoio da elite cafeeira e de intelectuais ligados ao jornal *Estado de São Paulo* parecem inequívocos. As palavras de Antônio Cândido de Mello e Souza, um dos entrevistados da pesquisa de Freitas (1993), reafirmam a tese de que a USP nasceu

vinculada aos interesses da classe dominante paulista:

A Universidade, ao que eu saiba, não tem nada a ver com empresários nem com grupo empresarial. Ela nasce realmente de um projeto político de setores esclarecidos da classe dominante, e seu idealizador, a pessoa que mais lutava, que mais lutava para que houvesse uma Universidade em São Paulo, foi Júlio de Mesquita Filho. Isso foi possível quando o cunhado dele, Armando Salles de Oliveira, se tornou interventor federal, quer dizer, o homem que dirigia o Estado. Tendo os instrumentos políticos na mão, os referidos setores esclarecidos das classes dirigentes de São Paulo realizaram o projeto da Universidade, que acarretou a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Júlio de Mesquita Filho disse mais de uma vez que eles desejavam que São Paulo, derrotado pelas armas em 1932, recuperasse a sua força através da cultura (FREITAS, 1993, p. 35-36).

A pretensão do presente texto não é fazer uma história da universidade, mas chamar a atenção para um aspecto essencial: mesmo se constituindo em tempos e em conjunturas distintas, ela nasce vinculada com as classes dominantes e as elites intelectuais, laicas ou religiosas. A experiência da Universidade de Passo Fundo não é diferente. Pelo que se conhece das poucas pesquisas já realizadas sobre o ensino superior na região de Passo Fundo, foi nas décadas de 1940 e de 1950 que diferentes setores dominantes mobilizaram-se em prol do ensino superior, visando à criação de uma universidade. Os debates envolveram vários segmentos da elite local, especialmente da intelectualidade católica

e maçônica. Foi da articulação desses grupos que nasceram a Sociedade Pró-Universidade (SPU), em 1950, e o Consórcio Universitário Católico (CUC), em 1956. Quem tomou parte desses debates? Pelo que se conhece, foram pessoas da elite econômica, política, religiosa e profissionais liberais: advogados, médicos, engenheiros, farmacêuticos, industrialistas e comerciantes. Foram esses personagens que capitanearam a criação das duas instituições referidas e que seriam fundidas, posteriormente, na Universidade de Passo Fundo (BRUGNERA; MARCON; UCZAI, 2002, p. 125-167). Certamente, as histórias de outras universidades permitiram-nos aprofundar essas questões.

De um modo geral, observa-se que a universidade brasileira se constituiu e se desenvolve sem uma relação orgânica com os movimentos sociais, tanto urbanos quanto rurais.⁷ Pelo contrário, muitas pesquisas desenvolvidas no âmbito das universidades, conforme foi observado anteriormente, reafirmaram preconceitos históricos em relação aos movimentos sociais populares, acusados, em alguns casos, de serem fruto da ignorância, do fanatismo e da falta de racionalidade e esclarecimento. Dessa forma, além de a universidade não produzir pesquisas sistemáticas sobre essas experiências, fortaleceu preconceitos que contribuíram para a discriminação.⁸

Enfocar um movimento social na perspectiva da desordem, da subversão, ou concebê-lo, *a priori*, como causador de instabilidade social e política significa desqualificá-lo em suas razões

e motivações intrínsecas. Essa tendência, que se tornou hegemônica na universidade, não pode ser descolada dos interesses e ideologias dos grupos e classes dominantes que contribuíram para a constituição, consolidação e expansão da universidade brasileira. Assim, o próprio processo de ensino serviu para formar profissionais em várias áreas do conhecimento, com exceções de alguns cursos, com um pensamento parcial e preconceituoso em relação aos movimentos sociais, deixando de desenvolver a capacidade de escuta e estudo acerca do que esses processos sociais buscam evidenciar.

Um segundo aspecto a ser considerado nessa perspectiva diz respeito a um problema epistemológico. A ciência constitui-se como tal com base na experimentação, na descoberta de regularidades e permanências, ou seja, a ciência prima por uma perspectiva que busca identificar aspectos e características estáveis. Ora, não é possível pensar os movimentos sociais populares nessa lógica, visto que se constituem através de críticas e rupturas com determinadas ordens estabelecidas. Esse é, certamente, um dos fatores que justificam uma ausência quase total de diálogo entre movimentos sociais e universidade.

A persistir essa visão fechada de ciência e de conhecimento por parte da academia e também dos movimentos sociais, que desconfiam das pesquisas e do conhecimento que se produz nas universidades, esse diálogo terá enormes dificuldades para se constituir como prática cotidiana; pode con-

tinuar existindo de forma mais ou menos intensa entre pessoas individualmente, mas não como opção institucional. Enquanto não ocorrer uma ruptura com a concepção cientificista de conhecimento e restrita de razão nas universidades, não haverá espaço para um diálogo efetivo com os movimentos sociais e com o saber popular (LUCKESI, 1991). A ciência precisa abrir-se para o conhecimento emergente das práticas sociais, ou, como diz Santos (1989, p. 40), é fundamental construir uma nova relação entre ciência e senso comum: “À luz dessas considerações, forçoso é concluir que caminhamos para uma nova relação entre ciência e senso comum, uma relação em que qualquer deles *é feito* do outro e ambos fazem algo novo.”

O mito da neutralidade científica, questionado por vários autores, entre os quais Japiassu (1981), hoje não é motivo de polêmicas intensas como foi no passado, no entanto não deixa de se constituir num problema ainda muito presente. Em nome de pretensos conhecimentos científicos desenvolvem-se pesquisas que atendem aos interesses dos grupos dominantes; poucos se aventuram a inovar em termos de conhecimento que represente alternativas reais de mudança. A ciência e o conhecimento não estão descolados de projetos sociais e políticos: a ciência pode ou não ajudar a humanidade a conquistar mais qualidade de vida e ser mais feliz?

Os movimentos sociais populares são instituintes de processos sociais, políticos e culturais e as instituições

são o instituído. Nesse sentido, enfrentar esse tensionamento com um diálogo aberto e construtivo da relação entre instituído e instituinte poderá desencadear um processo fomentador e produtor de novas formas de construção de saber, que sejam libertadas, não de alienação e dominação.

Desafios a serem enfrentados

Alguns desafios já foram pontuados no decorrer do texto; cabe, agora, retomá-los de forma articulada. Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que tanto a universidade quanto os movimentos sociais produzem conhecimentos que são expressão de interesses, projetos, intenções, ou seja, não há neutralidade. Esse reconhecimento tem de se constituir numa motivação propulsora de um diálogo que contribua para o desenvolvimento da ciência e da sociedade dentro de projetos viáveis econômica e ecologicamente. Enquanto não houver consciência de que é possível dialogar e, nesse diálogo, aprender, não haverá avanço. A tendência que se percebe hoje está mais para um fechamento do que para uma abertura. O primeiro desafio é, portanto, romper com os dogmatismos teóricos e pragmáticos que excluem ao invés de criar condições para que se possa aprender e crescer. No caso das universidades, a extensão tem um papel importante de articulação e de diálogo com a sociedade e, no caso, com os movimentos sociais. Esse é

um dos temas que já foram levantados pelos pioneiros da Escola Nova na década de 1920 e sistematizados no manifesto de 1932, ainda que numa perspectiva de levar os conhecimentos para a sociedade. Sem desmerecer a importância da questão posta naquele contexto, é fundamental formalizar a crítica à idéia que eles apontam da extensão do que denominam “vulgarização” ou “popularização”, no sentido de levar o saber da universidade para a sociedade (AZEVEDO et al., p. 71). Essa é, certamente, uma das críticas mais radicais formuladas por Freire em seus vários escritos, entre os quais a *Pedagogia do oprimido* e *Extensão ou comunicação*.

A aproximação maior da academia com os movimentos sociais experienciada em momentos de maior liberdade e democracia, com o fim da ditadura de Vargas (1937-1945), e no período posterior a 1985, com o fim da ditadura militar (1964-1985), não chegou a consolidar políticas efetivas de extensão. Durante as ditaduras, as relações entre universidade e sociedade (movimentos sociais) tornaram-se mais complexas. Com o golpe de 1964 e a tomada do poder pelos militares, as experiências que estavam sendo construídas foram abortadas. Basta aprofundar as razões apresentadas pelos militares para a reforma universitária de 1968, conforme Fávero (1991) e Tavares (1980), para verificar como se aprofunda o isolamento da universidade em razão dos movimentos políticos. A idéia de “desideologizar” a universidade, ou seja, de torná-la

mais distante dos movimentos sociais e de afastá-la das discussões sobre os rumos políticos, econômicos e sociais do país, é expressão dessa ruptura.

Um segundo aspecto diz respeito às questões que os movimentos sociais suscitam em suas trajetórias e experiências. Muitas das questões postas referem-se à estrutura do modelo dominante e nos desafiam a fazermos opções em termos de projeto de sociedade e de futuro da humanidade. Os movimentos sociais recebem questões e desafios para as universidades, que, como espaço público privilegiado para a produção de conhecimento, precisam aprofundar, através de pesquisas, alternativas e teorizações na perspectiva da práxis pensada por Hurtado (1993) e por Vázquez (1977). Em relação às pesquisas, é preciso apostar em tecnologias e insumos alternativos, visto que os investimentos em pesquisas sobre agrotóxicos e insumos químicos são extremamente altos, ao passo que pouco se faz no sentido de dar um caráter científico aos conhecimentos populares que orientam muitas práticas produtivas. As pesquisas demandam investimentos elevados, mas, sem a produção de conhecimentos que dêem suporte às práticas agroecológicas, tendem a se inviabilizar e, caso sobrevivam, será mais por teimosia do que por viabilidade econômica. É preciso um duplo movimento: de um lado, a universidade precisa superar os preconceitos sobre a agroecologia; de outro, os seus defensores precisam se convencer de que não bastam conhecimentos empíricos para dar conta dos

desafios de uma produção de qualidade e para sobreviver economicamente.

Outro desafio diz respeito à formação técnica realizada em grande parte nas universidades. Como médicos, economistas, administradores, juristas, agrônomos, pedagogos, assistentes sociais etc. podem estabelecer relações pedagógicas positivas com os movimentos sociais? As reflexões de Valla (1996) ajudam a problematizar a importância da formação acadêmica no sentido de que os técnicos sejam capazes de trocar experiências e de aprender com as pessoas e comunidades com os quais precisam estabelecer relações. Essa é também a discussão feita por Freire (1983) quando questiona se a prática dos extensionistas é libertadora ou opressora. Essa mesma discussão perpassa a *pedagogia do oprimido* de Freire (1981) ao estabelecer um confronto entre a pedagogia emancipatória e a bancária. A universidade tem um grande compromisso na formação dos profissionais que atuam junto às comunidades rurais e urbanas no sentido de reconhecer que a produção de conhecimento não é exclusividade da academia e que é possível aprender muito com as experiências que se desenvolvem nos movimentos e organizações sociais populares.

A universidade precisa, portanto, dialogar com as experiências e práticas emergentes de movimentos e organizações sociais. Esse passo é importante para a construção de um conhecimento qualificado. Não bastam iniciativas pontuais de pesquisadores; é imprescindível a construção de no-

vas relações, o que implica opções institucionais. Por sua vez, os movimentos sociais precisam aprofundar as discussões sobre a importância do conhecimento produzido na academia e a necessidade de uma apropriação crítica desse conhecimento sistematizado. É fundamental a superação de um problema identificado por Rosa Luxemburgo ainda na década de 1920, quando disse que “o proletariado precisa de um alto grau de educação política, de consciência de classe e de organização. Não pode adquirir estas condições em folhetos ou panfletos...” (LUXEMBURGO apud LOUREIRO, 2003, p. 54).

São muitos os preconceitos que precisam ser superados de ambas as partes. Como a dinâmica dos movimentos sociais é de militância no sentido de alcançar determinados objetivos e fins, a tendência é de afirmação de suas identidades sem os devidos questionamentos e crítica, ou seja, há uma tendência a desprezar o conhecimento produzido e a reflexão teórica e, às vezes, quando isso ocorre, fica restrita a alguns líderes. Essa perspectiva é sempre perigosa. O conhecimento do passado precisa ser, evidentemente, mediado por questões e questionamentos do tempo presente, mas não pode ser negligenciado, nem pode ser instrumentalizado como o faz a classe dominante. Toda a instrumentalização tende ao sectarismo, que, por sua vez, conduz ao dogmatismo ou ao basismo, posturas que não contribuem em nada para a emancipação dos sujeitos e para a construção de novas relações sociais.

Outro aspecto fundamental diz respeito à implantação de políticas que garantam o acesso das classes populares aos vários níveis de educação e na universidade. É hora de se pensar para o Brasil possibilidades efetivas para que o conjunto da população tenha acesso ao letramento com qualidade, erradicando o analfabetismo e possibilitando uma formação qualificada de milhões de brasileiros que hoje mal conseguem escrever o nome ou não chegam a tanto. Para isso, é preciso, também, que sejam pensadas formas diferenciadas de cursos, de turmas, de periodicidade, entre outros aspectos, a fim de viabilizar o acesso à universidade com qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão.

Finalmente, pode-se dizer que os movimentos sociais populares questionam, em diferentes aspectos e intensidades, o modo de produção vigente, ou seja, é fundamental atentar para as questões e propostas levantadas pelos movimentos sociais populares na medida em que acenam para além dos problemas imediatos e remetem para problemas estruturais; que questionam a racionalidade instrumental que dá suporte a grande parte do conhecimento produzido nas universidades e também a apropriação privada da terra e do conhecimento, os quais se tornam instrumentos de dominação. A emancipação dos sujeitos passa, nesse sentido, pela produção de novos conhecimentos, pela sua socialização e pela erradicação do analfabetismo, um dos meios pelos quais os grupos dominantes asseguram seu poder de

dominação. Para os movimentos sociais, a consciência das contradições existentes na sociedade capitalista é condição para a mobilização e para a transformação da mesma realidade. As universidades brasileiras formaram, na sua curta história, mais intelectuais a serviço do poder dominante do que comprometidos com as mudanças sociais. Dito isso, é preciso esclarecer que não se está apregoando uma instrumentalização inversa, ou seja, que as universidades formem quadro para os movimentos sociais. As universidades têm de se constituir como espaço crítico do conhecimento; o que está sendo posto como desafio é que as universidades precisem aprender com os movimentos sociais populares. Essa relação, no entanto, tenderá a ser sempre tensa.

Alguns movimentos sociais estão criando mecanismos para que os seus militantes ingressem em faculdades e universidades ou, mesmo, ensaiem iniciativas próprias. Essa postura é importante, mas não suficiente. Não basta pensar o acesso aos cursos superiores. É fundamental criar as condições para a permanência neles e que o conhecimento a ser construído seja capaz de responder aos grandes desafios contemporâneos. Daí a necessidade de ampliar as concepções de ciência e conhecimento no sentido de romper com a tradicional postura de neutralidade que legitimou a cultura e o poder das classes dominantes. Nesse sentido, é importante avançar na discussão da relação entre ciência, ideologia e projetos sociopolíticos a fim de que a uni-

versidade possa dar sua contribuição nas formulações que o momento histórico exige para a superação da crise civilizacional em que nos encontramos. Esse é um desafio coletivo.

Abstract

This text discusses the relationship between University and social movements. It departs from a systematization of the posited issues emerging from the practice of social movements which challenge the University at the research and systematization of these issues. It advances in order to analyze some aspects of the historic constitution of the Brazilian University and the difficult dialog with the social movements. There are practically no dialog relationships between both of them except for punctual experiences, i.e., the relationships are built by means of researchers, mediation, research groups or centers and units, but one has advanced little in the sense of creating effectively institutional relationships. The text ends by pointing to some challenges, among which, the need to advance with researches that subsidize alternative projects for the economically and ecologically sustainable development, as well as the need of an open dialog to enable both the social movements and the University to grow. Both of them produce knowledge, and exchange between them is the big challenge.

Key-words: university, social movements, research.

Referências

AZEVEDO, Fernando et. al. O manifesto dos pioneiros da educação nova. In: GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1990. p. 54-78.

BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*: incluindo outras histórias dos bruzundangas. São Paulo: Ática, 1985.

BENINCÁ, Elli. *O senso comum pedagógico: práxis e resistência*. Tese (Doutorado) - Ufrgs, Porto Alegre, 2002.

BOFF, Leonardo. *Ecologia, grito da terra grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995.

CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 47-85.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Niterói: Eduff; Brasília: Flacso, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 11. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade modernizada à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

FERNANDES, Florestan. O dilema educacional brasileiro. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. (Org.). *Educação e sociedade*: leituras de sociologia da educação. 12. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985. p. 414-441.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HURTADO, Carlos Nuñez. *Educar para transformar e transformar para educar*. Petrópolis: Vozes, 1993.

JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburgo: vida e obra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos et. al. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder – o problema da terra na crise política*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

TAVARES, José Nilo. Educação e imperialismo no Brasil. *Educação & Sociedade*, São

Paulo: Cortez/Autores Associados, n. 7, p. 5-52, set. 1980,

UNGER, Nancy Mangabeira. *Da foz à nascente: o recado do rio*. Campinas: EdUnicamp, 2001.

VALLA, Victor Vincent. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. *Educação e realidade*, v. 21, n. 2, p. 177-189, jul./dez., 1996.

_____. Apoio social e saúde: buscando compreender a fala das classes populares. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Educação popular hoje*. São Paulo: Loyola, 1998. p. 151-179.

_____. Movimentos sociais, educação popular e intelectuais: entre algumas questões metodológicas. In: FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). *Intercultura e movimentos sociais*. Florianópolis: Moner/NUP, 1998. p. 187-200.

_____; STOTZ, Eduardo Navarro (Org.). *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação popular em tempos de democracia e pós-modernidade: uma visão a partir da saúde. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Educação popular hoje*. São Paulo: Loyola, 1998. p. 63-97.

_____. *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede educação popular e saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

Notas

- ¹ Nos últimos anos está havendo uma crescente consciência da necessidade de articulações internacionais das classes populares. Pode-se referir a unidade das lutas que vem se dando através da Via Campesina, da Assembléia Mundial de Mulheres Campesinas; também a Marcha Mundial de Mulheres, que, apesar das dificuldades de se constituir como um movimento massivo, tem como alvo também uma unidade mundial. Além disso, podem-se mencionar as lutas pela paz, contra o imperialismo, contra a guerra e contra a Alca e a OMC. Essas são algumas expressões de luta e resistência popular.
- ² A respeito da relação entre senso comum e bom senso, pode-se pensar em Gramsci (1995) e Benincá (2002). A tese básica defendida por Gramsci é de que o conhecimento popular é permeado de contradições e, por isso, ao mesmo tempo em que expressa aspectos da cultura dominante carrega um potencial crítico de sabedoria popular que é o bom senso. A universidade que se apóia unicamente numa visão cientificista tem relutado em reconhecer que os grupos populares e os movimentos sociais são portadores de conhecimentos.
- ³ Conceituar movimento social, segundo Gohn (2000, p. 13), não é nada fácil por duas razões principais: a diversidade (profusão) de movimentos e a multiplicidade de teorias explicativas. Dependendo do enfoque teórico que se dá ou se toma, a definição de movimento social muda. Além disso, nem sempre ficam muito evidentes as diferenciações entre “movimentos propriamente ditos, lutas, protestos, revoltas, revoluções, quebra-quebras, insurreições e outras formas de ações coletivas”. É preciso, ainda, distinguir os movimentos resultantes de ações empreendidas por populações marginalizadas que reivindicam direitos e transformações socioeconômicas, políticas e culturais daqueles movimentos criados pelas classes e grupos dominantes com o objetivo de manter a ordem vigente.
- ⁴ O desenvolvimento de projetos alternativos que preservem o equilíbrio ecológico é fundamental. Por outro lado, há que se pensar nas potencialidades dos recursos naturais para a sobrevivência das comunidades, sobretudo das rurais. Aqui é preciso questionar certas concepções românticas, muitas das quais nasceram e se afirmam no seio da universidade, as quais defendem uma preservação da natureza de forma totalmente ingênua, própria de quem nunca teve uma relação efetiva com a terra nem tem uma compreensão crítica em relação as condições de sobrevivência das próprias comunidades rurais.
- ⁵ A idéia de feira não é nova no Brasil, pois em algumas regiões a feira tem história. O que há de novidade é a expansão da noção de feira, que não pode ser limitada a relações mercantis. Enquanto o próprio agricultor vende o seu produto, explica aos consumidores o processo e os recursos utilizados, ou seja, constituem-se novas relações entre produtor e consumidor. Além disso, a feira está se fortalecendo enquanto espaço para bate-papo, encontro, troca de experiências, de análises sobre clima, preços, mercados...
- ⁶ Estimativas recentes apontam uma população de dez mil moradores vivendo de forma sistemática nas ruas de São Paulo, o que supera, em muito, a população de alguns municípios do Rio Grande do Sul e do Brasil.
- ⁷ A própria esquerda brasileira teve dificuldades, segundo Martins, de reconhecer o potencial crítico dos movimentos sociais rurais. Apoiada na teoria de que somente os movimentos urbanos seriam portadores de força revolucionária eles, praticamente desconsideraram os movimentos rurais. “Não só o estudo, mas também a prática política, dominada pelas classes urbanas, mostram um imprudente desprezo pelas lutas, hoje cotidianas, entre trabalhadores rurais e os grandes proprietários de terra...” (MARTINS, 1985, p. 9).
- ⁸ É preciso considerar que sempre existiram intelectuais que atuaram na academia ou fora dela e contribuíram com suas pesquisas para com os movimentos sociais. O que está em discussão não é a exceção, mas a tendência geral da universidade.